

**Eduardo Santos Rocha**

Universidade Federal de Minas Gerais  
erocha.eci@gmail.com

**Dalgiza Andrade Oliveira**

Universidade Federal de Minas Gerais  
dalgizamg@gmail.com

## AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

---

### RESUMO

O estudo teve como objetivo realizar o mapeamento da comunicação científica, a partir do ano de 1988, sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. Para tanto, foram analisadas as publicações disponíveis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, *Library and Information Science Abstracts (LISTA)*, Base PERI e *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* sendo constatadas 36 publicações sobre a temática em análise. As publicações foram classificadas por categorias pré-estabelecidas e identificadas por periódico. Também foram identificadas pelo ano de publicação e autoria, além da identificação dos termos mais recorrentes a partir da análise das palavras chave. Desse modo observou-se uma reduzida produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras o que permite concluir que esta temática vem sendo tratada com parcimônia pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

**Palavras-Chave:** Biblioteca Pública. Políticas Públicas. Comunicação Científica.

---

### ABSTRACT

The purpose of the study was to map out scientific communication from 1988 on public policies carried out within the scope of the Brazilian Public Libraries. To this end, the publications available in the Information Science Journals Database (BRAPCI), *Library and Information Science Abstracts (LISA)*, *Library and Information Science Abstracts (LIST)*, Base PERI, were analyzed. and *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* with 36 publications on the subject under analysis. The publications were classified by pre-established categories and identified by journal. They were also identified by year of publication and authorship, as well as the identification of the most recurring terms from the analysis of the key words. Thus, there is a reduced scientific production on public policies within the Brazilian Public Libraries, which allows us to conclude that this theme has been parsimoniously addressed by the Graduate Programs in Information Science in Brazil

**Keywords:** Public Library. Public policy. Scientific communication.

Universidade Federal de Minas Gerais

Correspondência/Contato  
Av. Antônio Carlos, 6627  
Pampulha: 31270-901  
BELO HORIZONTE - MG

Escola de Ciência da Informação da UFMG

## 1. INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública é entendida como um espaço que deve ser democrático e aberto à comunidade independentemente do público quanto à classe social, etnia, ideologia, gênero, faixa etária, dentre outros. Apesar de se considerar a sua importância, tendo em vista o que esse valioso equipamento cultural pode oferecer em termos de recursos e serviços informacionais, historicamente, as Bibliotecas Públicas brasileiras vêm se deparando com a falta de investimentos públicos.

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo realizar o mapeamento da comunicação científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras a partir da promulgação da Constituição Brasileira em 1988.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Biblioteca Pública vem se configurando cada vez mais como um espaço propício para o desenvolvimento de políticas públicas na área cultural. Ramos (2017) reforça seu caráter inclusivo no que se refere às políticas culturais. Para a mesma autora “ela também é reconhecida como espaço estratégico de inclusão dentro das políticas públicas de cultura de Estado no país e está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC)” (RAMOS, 2017, p. 35).

No que se refere às políticas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, “a partir da segunda metade do século XIX, com a ampliação da sociedade urbana, apenas 27 Bibliotecas Públicas foram criadas por Estados e Municípios, entre 1890 e 1930, sendo a sua maioria implantada na região sudeste” (OLIVEIRA, 1994, p. 22).

Embora houvesse esforços particulares para a criação de bibliotecas populares, os índices de analfabetismos à época eram alarmantes, assim, prossegue a autora que “em 1872 os percentuais de analfabetismos alcançaram a taxa de 66,4% da população, chegando ao ano de 1920 a 60,1% da população” (OLIVEIRA, 1994, p. 24). Por último, enfatiza que até o final dos anos 20, do século passado, as bibliotecas brasileiras retratavam a imagem da sociedade colonial e dependente, na qual tiveram seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1994).

A primeira política de Estado voltada para o fortalecimento das Bibliotecas Públicas brasileiras que se tem notícia foi o Instituto Nacional do Livro (INL), criado por meio do Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937). Barroso (1973,

p. 45) define o INL como sendo um “órgão do Ministério da Educação e Cultura, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de Bibliotecas Públicas em todo o território nacional”.

De acordo com Bragança (2009), com a criação do INL, foram desenvolvidas políticas para a criação de novas bibliotecas e apoio na manutenção das já existentes, distribuição de livros para essas bibliotecas e capacitação de profissionais que atuavam nesses espaços, com a estruturação de cursos de Biblioteconomia em diversas cidades do país.

No entanto, para Milanesi (2003), a política de distribuição de livros adotada pelo INL caracterizou-se pela censura uma vez que estas doações se mostravam coerentes com os desígnios do Estado e distanciadas da opinião das cidades e do público.

Paiva (2008, p. 29) reforça esta ideia e destaca que “a ideologia do acervo, em que o Estado demonstrava sua concepção de bibliotecas guardiã da cultura, era de divulgar as ideias e autores escolhidos pelo governo, para formar hábitos ‘adequados’ na população”. Para a mesma autora esta prática visava à formação do acervo das Bibliotecas Públicas segundo o padrão de um grupo de intelectuais ligados ao Instituto (PAIVA, 2008).

Milanesi (2003) pontua que as atividades do INL ficaram estáticas por décadas, limitando-se à já referida prática de distribuição de livros. Desta forma, o mesmo autor destaca que

com poucas variações, as suas tarefas básicas e de rotina constituíam-se em doar livros para bibliotecas e presentear as cidades com bibliotecas, numa ação mais gratificante para algumas editoras do que para os leitores em geral. [...] Essa política esteve sempre centrada na ideia do acúmulo de livros e da organização, sem maiores preocupações com o público, como se a bibliotecas existisse independente dele (MILANESI, 2003, p. 120).

Apesar de suas conquistas, o INL foi perdendo força com passar das décadas, conforme verifica-se que

sem a mesma pompa com que fora criado nos anos 1930, ao longo dos anos, especialmente nos ditatoriais, o Instituto Nacional do Livro já nos anos 1980, havia paulatinamente se fundido à Biblioteca Nacional. Em 1986 uma das últimas tentativas de renovação veio com a Lei Sarney 7505/8630 de incentivo à Cultura (TAVARES, 2014, p. 178).

Cabe ressaltar que a contribuição do INL para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas brasileiras foi inegável. Paiva (2008, p. 30) destaca tais avanços indicando que “do ponto de vista quantitativo, também há que se reconhecer os resultados: de

78 Bibliotecas Públicas registradas em 1938, houve um salto para 332 em 1945. Em oito anos, foram distribuídos mais de 259 mil volumes, cerca de 781 por biblioteca”.

Decorridos 49 anos desde a criação do INL, foi instituída, em 1986, a Lei nº 7.505 (Lei Sarney), primeira lei federal de incentivo à produção cultural no país, como uma tentativa de renovar o Instituto (BRASIL, 1986). A Lei Sarney assumiu um importante papel no sentido de fomentar a cultura nacional, conforme verifica-se que

como forma de amenizar o fracasso da política até então adotada, no período que antecedeu à Constituição de 1988, foi promulgada a Lei nº 7.505, conhecida com a Lei Sarney e tendo como objetivo incentivar o desenvolvimento cultural no Brasil, através de doações ou patrocínios a instituições e eventos culturais e artísticos (OLIVEIRA, 1994, p. 157).

Neste período, foram realizadas ações pontuais para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas brasileiras no sentido de adequar seus acervos ao interesse da comunidade. Nesta perspectiva,

ainda no terreno da adequação dos acervos ao interesse das comunidades, o INL desenvolveu com recursos da Lei Sarney, o programa do “*checklivro*”, fornecendo às bibliotecas selecionadas, cheques para a compra de livros sugeridos por seus leitores. As compras deveriam ser feitas nas livrarias do próprio Estado, com o objetivo de fortalecer o comércio livreiro local (OLIVEIRA, 1994, p. 160).

Entende-se que outra importante política pública voltada para as Bibliotecas Públicas brasileiras foi a instituição da Fundação Nacional Pró Leitura, criada pela Lei 7.624, de 5 de novembro de 1987 (BRASIL, 1987). De acordo com a referida legislação, a Fundação tinha as seguintes finalidades:

promover o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro; estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; difundir e estimular o hábito da leitura; manter e incentivar cursos de Biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens; receber o Depósito Legal, disciplinado pelo Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907 e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).

Embora a Fundação preconizasse em seu texto a instituição de Bibliotecas Públicas, Milanesi (2003) considera que tal política possuía caráter limitado, pois não apresentava inovações em relação ao antigo INL. Para o autor “mesmo com tantas mudanças políticas e tantas alterações na sociedade a partir das transformações tecnológicas, o padrão básico dos programas não escapou da ideia persistente de distribuir livros” (MILANESI, 2003, p. 120).

Passados cinco anos desde a criação da Fundação Nacional Pró Leitura, a instituição do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, é entendida como um marco histórico.

Machado (2010) esclarece que a principal função do SNBP é articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas municipais e estaduais em território brasileiro. A mesma autora destaca o caráter inovador da criação do SNBP embora reconheça seu caráter limitador uma vez que os Sistemas Estaduais estavam subordinados à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), conforme verifica-se que

a concepção do SNBP foi inovadora, no sentido de propor um sistema que pudesse agir de forma ramificada nesse país de dimensões continentais, porém, sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) amarrou sua estrutura, eliminando a possibilidade de agir de maneira autônoma e, conseqüentemente, minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento das Bibliotecas Públicas (MACHADO, 2010, p. 100).

Prosseguindo com a discussão sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas no Brasil, em 1992, mesmo ano de criação do SNBP, foi instituído o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). No entendimento de Machado (2010, p. 100), “o PROLER surgiu como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores, nos vários espaços sociais, e ao oferecer formação para bibliotecários de Bibliotecas Públicas contribuiu indiretamente para apoiar essas instituições”.

No ano seguinte à implementação do PROLER, em 1993, foi criado o Programa Uma Biblioteca em Cada Município. Para Machado (2010, p. 100), o programa tinha como objetivo “distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas. Um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática”.

Desta forma, a partir da Lei Sarney houve um aumento substancial do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas no Brasil. O ano de 1992 foi especialmente profícuo com a instituição do SNBP e do PROLER.

Após uma década de ausência de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, o ano de 2003 foi marcado pela regulamentação da Política Nacional do Livro (PNL), por meio do decreto presidencial nº 10.753, com o objetivo de implementar a Política Nacional do Livro e Leitura no Brasil. Neste mesmo ano, o Ministério da Reforma Agrária criou o Programa Arca das Letras com o objetivo de instituir Bibliotecas Públicas na zona rural (MACHADO, 2010).

Em 2004, ano seguinte à regulamentação da PNL, foi desenvolvido o Programa Livro Aberto por iniciativa do Governo Federal. Ramos (2017, p. 42) pontua que “o programa perdurou até 2011 com o intuito de ampliar o número de Bibliotecas Públicas no país e modernizar as já existentes. Durante seu período de vigência foram criadas 1.075 novas bibliotecas e modernizadas 682”.

Em 2005 foi lançado o Programa Fome de Livro com a missão de construir uma política pública nacional para o livro, a leitura e a Biblioteca Pública no Brasil (MACHADO, 2010). A mesma autora pontua que o Programa surgiu “como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada” (MACHADO, 2010, p. 102).

Também em 2005 o Governo Federal criou o Prêmio VIVALEITURA com o objetivo de dar visibilidade a tudo que se faz em prol da democratização da leitura, com ênfase e destaque às atividades realizadas pelas Bibliotecas Públicas, em diferentes regiões do país (ROSING, 2005).

No ano seguinte, em 2006, teve origem o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), aprovado pelo Decreto Presidencial nº 7.559. O Plano foi construído em conjunto pelo Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Educação (MEC) e a sociedade (MACHADO, 2014). As diretrizes do PNLL são voltadas para “a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura” (BRASIL, 2010, p. 2).

Passados 12 anos desde a aprovação do PNLL, em 2018 foi instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) por meio da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Dentre os objetivos do PNLE, estão o fortalecimento institucional das bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações (BRASIL, 2018).

A seguir, será apresentado o fluxo das políticas públicas realizadas pelo Governo Federal do Brasil e identificadas na presente pesquisa, conforme se verifica na figura 1.

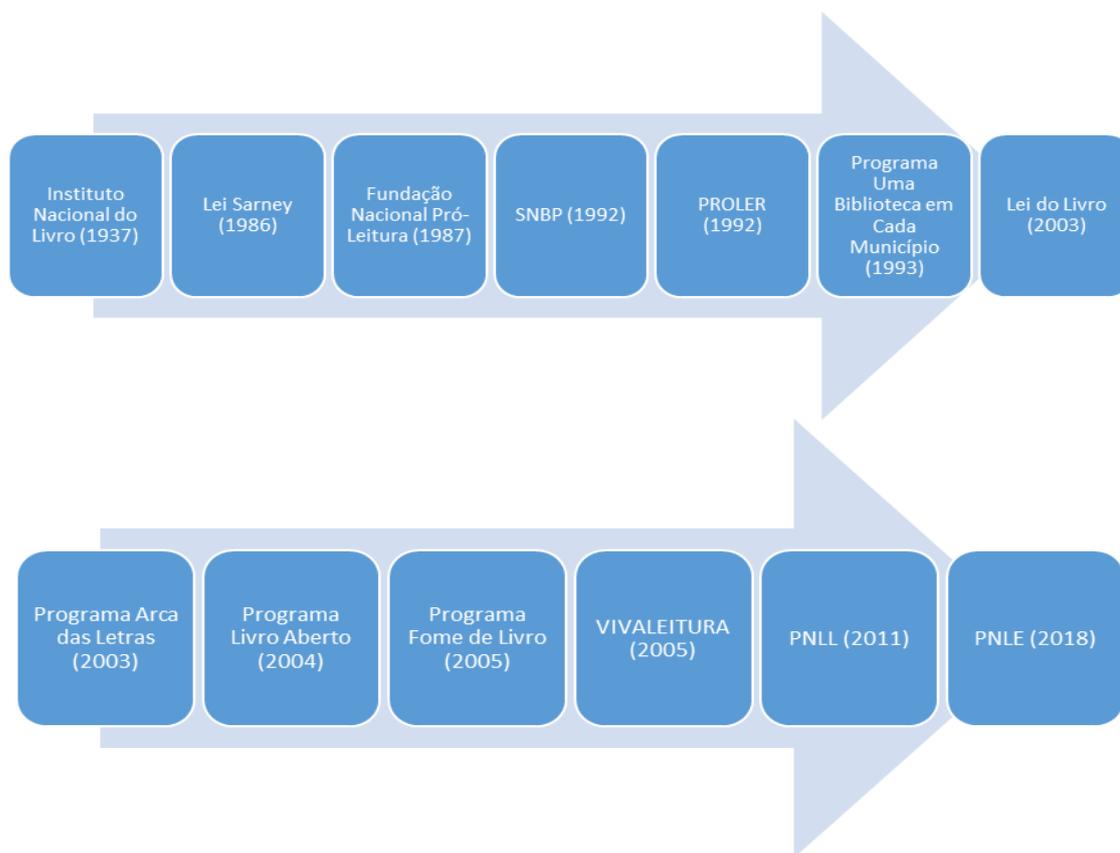


FIGURA 1 – Evolução das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil

Abaixo, descreve-se, de maneira mais detalhada um quadro do levantamento das políticas públicas no Brasil, realizado na presente pesquisa, conforme se verifica no quadro 1.

<b>Política</b>	<b>Ano</b>	<b>Principal (is) Característica (s)</b>
INL	1937	Órgão do Ministério da Educação e Cultura, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de Bibliotecas Públicas em todo o território nacional. Surgiu no bojo do Estado Novo, sendo o primeiro programa brasileiro de incentivo às Bibliotecas Públicas (BARROSO, 1973).
Lei Sarney	1986	Primeira lei federal de incentivo à produção cultural no país com o objetivo de incentivar o desenvolvimento cultural (RAMOS, 2017).
Fundação Na-	1987	Criada pela Lei 7.624 com o objetivo de incenti-

cional Pró Leitura		var o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro, estimular a criação literária e a instituição de bibliotecas, difundir e fomentar o hábito da leitura, manter e impulsionar cursos de Biblioteconomia e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).
SNBP	1992	Criado pelo Decreto Presidencial nº. 520 tem como principal objetivo articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas municipais e estaduais em território brasileiro (MACHADO, 2010).
PROLER	1992	Surgiu como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores, nos vários espaços sociais, e ao oferecer formação para bibliotecários de Bibliotecas Públicas (MACHADO, 2010).
Programa Uma Biblioteca em Cada Município	1993	O programa tinha como objetivo distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento das Bibliotecas Públicas municipais (MACHADO, 2010).
Lei do Livro	2003	Criada pela Lei Federal nº 10.753 teve como objetivo instituir a Política Nacional do Livro e da Leitura no Brasil (BRASIL, 2003).
Programa Arca das Letras	2003	Tem o objetivo de instituir Bibliotecas Públicas na zona rural (MACHADO, 2010).
Programa Livro Aberto	2004	Tem o objetivo de ampliar o número de Bibliotecas Públicas no país e modernizar as já existentes (RAMOS, 2017).
Programa Fome de Livro	2005	O Programa surgiu como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Esta-

		do, pelas empresas e pela sociedade civil organizada (MACHADO, 2010).
VIVALEITUR A	2005	Tem como principal objetivo dar visibilidade a tudo que se faz em <i>prol</i> da democratização da leitura (ROSING, 2005).
PNLL	2011	Suas diretrizes são voltadas para a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura (BRASIL, 2010).
PNLE	2018	Instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018).

Fonte: elaboração do autor, 2019.

### 3. MÉTODO DE PESQUISA

Os métodos de investigação utilizados na presente pesquisa foram baseados no livro intitulado análise de conteúdo de autoria da pesquisadora Laurence Bardin.

De acordo com Bardin (2011, p. 11), a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”. A mesma autora descreve o processo de desenvolvimento de análise de conteúdo a partir dos seguintes procedimentos: pré-análise, leitura flutuante dos documentos, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos, constituição do corpus, direções de análise, categorização dos assuntos e preparação do material para posterior exploração do mesmo (BARDIN, 2001), conforme se verifica na figura 2.

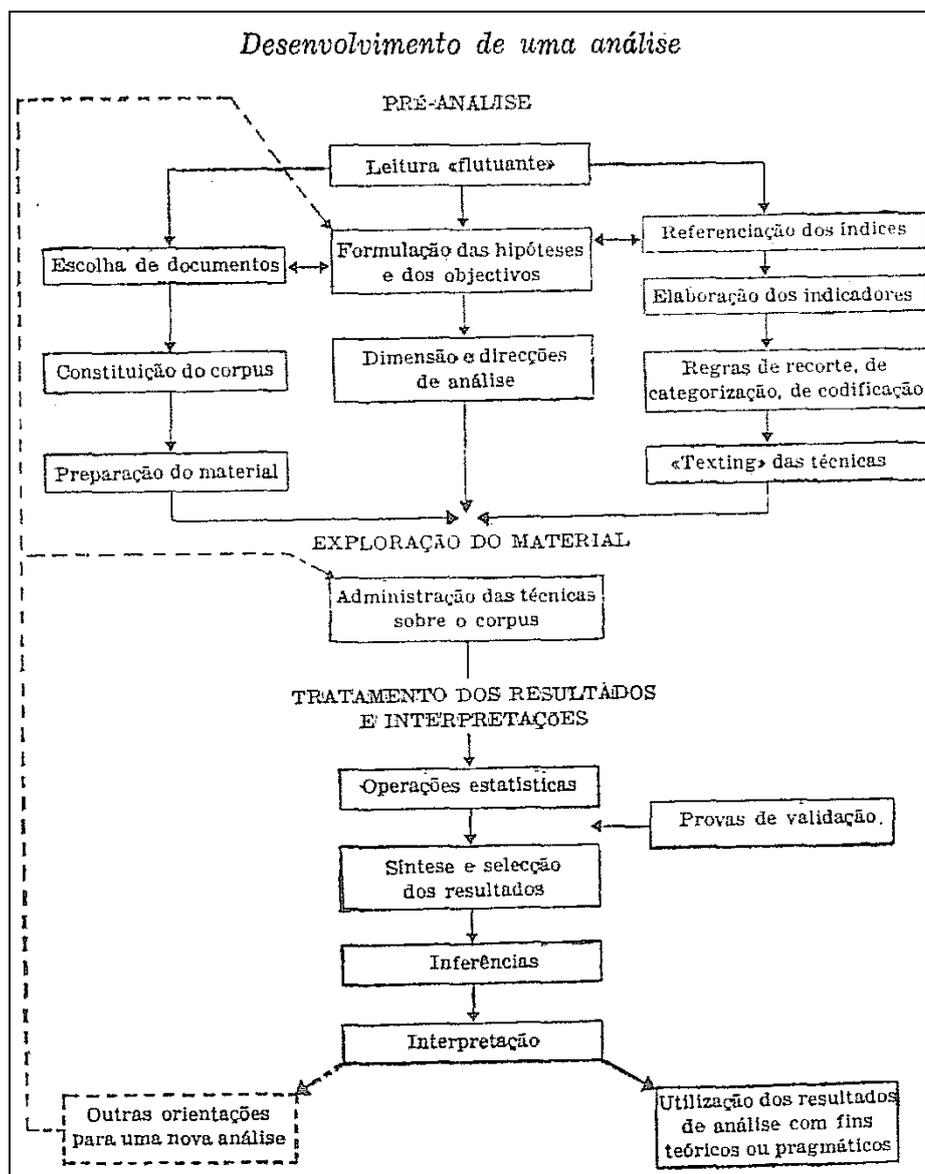


FIGURA 2 – Processo de desenvolvimento de análise de conteúdo

Para a realização da análise de conteúdo foram realizadas buscas na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Library and Information Science Abstracts* (LISA), *Library and Information Science Abstracts* (LISTA), Base PERI e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A escolha das referidas bases de dados para participação no experimento deveu-se ao fato delas oferecerem acesso *online* a um conjunto da produção científica, composta por artigos de periódicos, livros, relatórios de pesquisa e *anais* de eventos. Desta forma, elas constituem importantes fontes de informação, refletindo a comunicação científica nos campos da Ciência da Informação (CI), Biblioteconomia e áreas correlatas.

A estratégia de busca e recuperação da informação consistiu na utilização de ferramentas de buscas denominadas operadores booleanos, na tentativa de obter resultados com maior precisão e menor revocação. Para Silva (2005) as ferramentas de busca oferecem comandos e recursos que possibilitam realizar buscas com resultados mais depurados e precisos. Em relação aos operadores booleanos, também conhecidos como operadores lógicos, Silva (2005), esclarece que

a relação lógica entre os termos a serem pesquisados é estabelecida pelos operadores lógicos também conhecidos como operadores booleanos. Tais operadores são derivados da teoria de conjuntos e são de uso universal para aplicação na recuperação da informação. Os operadores booleanos são usados nas buscas para possibilitar a ampliação ou a restrição dos resultados (SILVA, 2005, p. 58).

Para a recuperação de termos compostos foi utilizado o operador *booleano* *as* e para sintetizar as buscas pelos termos Biblioteca Pública e Bibliotecas Públicas foi utilizado o asterisco. Finalmente, foi utilizado o operador booleano AND como forma de realizar uma intersecção de todos os registros nos quais correram simultaneamente os termos indicados.

#### 4. RESULTADOS

A partir da análise realizada, foram localizadas 36 publicações distribuídas entre categorias, sendo 69% classificadas como Planejamento de Políticas Públicas de Informação e Cultura, 11% Atuação Profissional, 11% Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade, 6% Inclusão Digital e 3% Atuação Profissional.

Em relação à localização das publicações por periódico, verificou-se que o maior número de publicações sobre o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas foi localizado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, publicação trimestral da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), com oito incidências.

Em segundo lugar, a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, periódico brasileiro especializado em divulgação da literatura acadêmica sobre Biblioteconomia e Documentação, apresentou sete publicações.

O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) apresentou quatro publicações e o periódico *Informação & Sociedade: estudos*, revista

na área da Ciência da Informação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, obteve cinco publicações.

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, a Revista Online da Biblioteca, *Biblionline*, *Brazilian Journal of Information Science*, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, a Revista do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª. Região (CRB-8) Digital, a Revista Em Questão, a *International Federation of Library Associations (IFLA) Conference Proceedings*, a Revista Informação & Informação e a revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação apresentaram respectivamente uma publicação cada.

A maior incidência de publicações ocorreu no ano de 2014 que apresentou um aumento de publicações de 200% em relação à média registrada entre os anos de 2000 e 2018. Este aumento coincide com a implementação do PNLL em 2011, o que se entende poder ter contribuído para despertar o interesse de pesquisadores da área da Biblioteconomia e CI sobre as políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras.

Não foram constatadas publicações sobre a referida temática nos anos de 1989 e em toda a década de 1990. Também não foram identificadas publicações nos anos de 2001, 2003, 2004, 2007 e 2011.

Em relação à distribuição das publicações por autoria, foram verificadas 65 incidências de autorias considerando-se que existem casos em que o mesmo autor figura em mais de uma publicação e ou em mais de uma base de dados.

Foram analisados os autores que apresentaram a partir de duas publicações, totalizando 44 incidências, dentre as quais os autores FARIAS, Fabiola, FERREIRA, Marco Aurélio Bastos, FERREIRA, Silvânia Alves, OLIVEIRA, Dalgiza Andrade e RESENDE, Isana Maria da Silva apresentaram cada um 5% das publicações. Os autores ANDRADE, Maria Eugênia Albino, AQUINO, Mírian de Albuquerque, BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues, BRAGA, Gustavo Bastos, FERRAZ, Marina Ferreira, MACIEL FILHO, Adalberto Rego, ODDONE, Nanci Elizabeth, PAIVA, Marília Martins de Abreu, ROSA, Flavia Goullart Mota Garcia e SÁ, Raíssa Cristina Borba apresentaram cada um 7% das publicações, enquanto a autora MACHADO, Elisa Campos apresentou 10% das publicações.

Em relação aos termos mais recorrentes, identificados a partir da análise das palavras chave identificadas nas publicações, o termo Biblioteca Pública totalizou 38%

das ocorrências. A alta incidência deste termo pode ser evidenciada por ser o tema principal da presente pesquisa. Já o termo Políticas Públicas obteve 15% das incidências, o que pode ser também pelas mesmas razões acima.

O termo Políticas Culturais foi constatado em 6% das incidências, seguido pelos termos Ação Cultural, Acessibilidade, Desenvolvimento Social, Políticas Públicas de Inclusão e Políticas Públicas de Informação com 4% de incidência cada uma, o que totalizou 20% das publicações analisadas.

A partir da análise conclui-se que, não obstante ao reduzido número de estudos sobre o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, as temáticas políticas culturais, acessibilidade e políticas públicas de inclusão vêm sendo tratadas de maneira ainda mais reduzidas, fato este que reflete a maneira com que estas temáticas vêm sendo refletidas nas agendas de pesquisa dos programas de pós graduação em CI, Biblioteconomia e áreas correlatas.

O termo Desenvolvimento Social também apresentou baixa incidência entre aqueles identificados refletindo o reduzido número de estudos sobre as políticas públicas para as bibliotecas públicas relacionadas à ações voltadas para esse aspecto

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o estudo constatou que entre os anos de 1988 e 2018 a temática acerca das políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das bibliotecas públicas vem sendo tratado com parcimônia por pesquisadores e estudiosos que atuam nas áreas da Biblioteconomia, CI e disciplinas correlatas.

Nesta perspectiva, compreende-se como fundamental o desenvolvimento de novos estudos sobre o tema como forma de contribuir para o desdobramento de novas pesquisas.

Há ainda que se considerar que a CI apresenta grande potencial para atuar no desenvolvimento social e não só às questões relacionadas ao seu caráter tecnológico. Nesta perspectiva, os estudos direcionados ao tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas necessita de preencher nas agendas de pesquisas esta lacuna uma vez que este equipamento cultural é voltado para os leitores e contribuem para a promoção da cidadania entre estes indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ªed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 1977, 2011.
- BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **Revista Brasileira de Biblio-teconomia e Documentação**, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973.
- BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 93** de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 1937. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm)>. Acessado em 28 nov 2019.
- BRASIL. **Lei nº 7.505**, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural e artístico. Diário Oficial da União. Brasília, 2 de julho de 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm)>. Acessado em 27 nov. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 7.624**, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de funda-ções e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de novembro de 1987. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>> . Acesso em: 28 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Programa fome de livro: programa nacional de bi-blioteca pública e leitura, bases para sua elaboração e desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, Brasília:. [s.n.], 2003b. 1 folheto.
- BRASIL. **Decreto n. 520**. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm)> . Acesso em 28 nov. 2019.
- BRASIL. **Decreto no 7.559**, de 1 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 set. 2011. Seção 1. p. 4. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm)>. Acesso em 28 nov. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.696**. Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2018. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm)>. Acesso em 29 nov. 2019.
- MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010.
- MACHADO, Elisa; JUNIOR, Alberto Elias; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciencia da Informação**, v. 19, p. 115-127, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35853>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. A Bibliotecas fora do tempo: políticas governamentais de Bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. <Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>>. Acesso em 28 nov. 2019.
- PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Bibliotecas Públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 251-251, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-7HUKTJ>> Acessado em 29 nov. 2019.
- RAMOS, Marília Cossich. Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil. 2017. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/6582>>. Acessado em 29 nov. 2019.

RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker. Vivaleitura: um chamado à ação em prol da leitura no Brasil. *Revista Desenredo*, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/481>>. Acessado em 28 nov. 2019.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: O Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. *AEDOS*, v. 6, n. 15, 2014. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/45083>>. Acessado em 29 nov. 2019.

---

***Eduardo Santos Rocha***

Mestre em Gestão e Organização do Conhecimento pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais

---

***Dalgiza Andrade Oliveira***

Doutora em Ciência da Informação. Professora na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.